

SUMÁRIO

Prefácio – RUI MANUEL DE FIGUEIREDO MARCOS	5
--	---

Apresentação – JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI e LUIZ CARLOS DE AZEVEDO	7
---	---

Parte I

1. Formação e evolução do direito lusitano – Períodos históricos e fontes – Historiografia e bibliografia	21
1. Origem pré-romana	21
2. Domínio romano	22
3. Domínio germânico-visigótico	23
4. Domínio muçulmano	24
5. Reconquista – Monarquia leonesa – Formação do Estado: direito consuetudinário e foraleiro	25
6. Recepção do direito comum na península ibérica	26
6.1 Direito castelhano	26
6.2 Direito lusitano	27
7. Períodos históricos e fontes	29
7.1 Fases da história do direito português	29
7.2 Fontes visigóticas	29
a) Edito de Teodorico	29
b) Código de Eurico	29
c) <i>Lex Romana Visigothorum</i> – Breviário de Alarico	30
d) <i>Liber Judiciorum</i> – <i>Fuero Juzgo</i>	30
7.3 Fontes hispano-lusitanas	31
a) Fueros e forais	31
b) <i>Fuero del Libro</i> – <i>Fuero Real</i> – <i>Libro del Fuero</i>	31
c) <i>Siete Partidas</i>	32
d) <i>Flores de las leyes</i>	32
e) Leis gerais e respectivas compilações	32
f) Ordenações Afonsinas	33
g) Ordenações Manuelinas	34

h)	“Código Sebastiãoico”	35
i)	Ordenações Filipinas	35
8.	Historiografia, metodologia e subsídios bibliográficos	36
8.1	Evolução da historiografia jurídica lusitana	36
8.2	Metodologia e subsídios bibliográficos	37
a)	Fontes	37
b)	Subsídios às fontes	38
c)	Dicionários	38
d)	Monografias especiais	38
e)	Obras gerais	39
f)	Obras sobre recursos	40
2.	O processo no período anterior à formação da monarquia lusitana	43
1.	Regras jurídicas em vigor à época da reconquista	43
2.	Características gerais do processo civil	44
3.	Desenvolvimento do processo	46
3.1	Apresentação da demanda	46
3.2	Citação	46
3.3	Contestação e revelia	47
3.4	Provas	48
3.5	Sentença e execução	49
	Referências bibliográficas	50
3.	O processo nos primórdios do reino lusitano, antes das Ordenações Afonsinas	53
1.	Recepção do direito comum	53
2.	Predomínio das primeiras leis gerais sobre o costume e o direito foraleiro	55
3.	Perfil da organização judiciária	56
4.	Características gerais do processo civil	57
5.	Desenvolvimento do processo	58
5.1	Apresentação da demanda	58
5.2	Competência e citação	59
5.3	Contestação e revelia	60
5.4	Provas	61
5.5	Sentença e execução	61

5.6 Recursos	62
Referências bibliográficas.....	63
4. O processo nas Ordenações Afonsinas	65
1. Ordenações Afonsinas: conteúdo do livro 3.º	65
2. <i>Actum trium personarum</i>	72
3. Procedimentos	72
4. Institutos processuais e desenvolvimento do processo	73
4.1 Ajuizamento da demanda	73
4.2 Prescrição	73
4.3 Citação.....	74
4.4 Conciliação.....	75
4.5 Absolvição da instância e revelia.....	75
4.6 Exceções.....	76
4.7 Contestação	76
4.8 Autoria (<i>intervenção coacta</i>).....	76
4.9 Reconvencão	77
4.10 Meios de prova.....	78
4.11 Sentença definitiva e sentença interlocutória	78
4.12 Recursos.....	79
4.13 Coisa julgada.....	82
4.14 Restituição por inteiro.....	82
4.15 Execução	83
4.16 Embargos.....	84
4.17 Perito avaliador e arrematação.....	85
4.18 Espécie de concordata	85
4.19 Seqüestro.....	86
4.20 Arbitragem	86
4.21 Férias forenses.....	86
5. Consideração conclusiva.....	87
Referências bibliográficas.....	87
5. O processo nas Ordenações Manuelinas.....	89
1. Ordenações Manuelinas: conteúdo do livro 3.º	89
2. Aspectos e características do processo.....	94
3. Institutos processuais e desenvolvimento do processo	95

3.1	Ajuizamento da demanda	95
3.2	Citação	96
3.3	Absolvição da instância e absolvição de toda a causa	97
3.4	Revelia	98
3.5	Intervenção de terceiros	98
3.6	Exceções	99
3.7	Contestação	100
3.8	Reconvenção	100
3.9	Meios de prova	100
3.10	Atos decisórios, recursos e coisa julgada	101
3.11	Restituição por inteiro	104
3.12	Execução e penhora	104
3.13	Embargos	106
3.14	Espécie de concordata	106
3.15	Assinação de 10 dias	106
3.16	Arbitragem	107
3.17	Férias forenses	107
	Referências bibliográficas	107
6.	A reforma de D. João III e o “Código Sebastiãoico”	109
1.	Importância da universidade na formação jurídica	109
2.	O “Código Sebastiãoico” e a divisão da matéria	110
3.	A nova ordem do juízo	111
4.	Aspectos conclusivos	113
	Referências bibliográficas	114
7.	O processo nas Ordenações Filipinas	115
1.	Antecedentes	115
2.	Ordenações Filipinas: conteúdo do livro 3.º	116
3.	Aspectos e características do processo	121
4.	Institutos processuais e desenvolvimento do processo	122
4.1	Procedimentos	122
4.2	Ajuizamento da demanda	123
4.3	Citação	124
4.4	Representação processual e responsabilidade do advogado ..	127

4.5	Absolvição da instância e absolvição de toda a causa	128
4.6	Revelia	129
4.7	Litisconsórcio e intervenção de terceiros	130
4.8	Exceções	131
4.9	Contestação	131
4.10	Reconvenção	132
4.11	Meios de prova	132
4.12	Atos decisórios, recursos e coisa julgada.....	132
4.13	Restituição por inteiro	136
4.14	Execução e penhora	136
4.15	Embargos	138
4.16	Espécie de concordata	139
4.17	Arbitragem	139
4.18	Férias forenses	140
	Referências bibliográficas.....	140
8.	Reforma pombalina e influência nas instituições processuais	141
1.	Iluminismo em Portugal.....	141
2.	O papel político do Marques de Pombal.....	143
3.	Lei da Boa Razão	143
4.	Reforma do ensino universitário	145
5.	Repercussão no processo civil	146
	Referências bibliográficas.....	148
9.	Evolução da interpretação e aplicação das leis – Direito subsidiário	149
1.	Introdução.....	149
2.	Recepção do direito comum	150
3.	Direito comum como direito subsidiário	150
4.	Direito subsidiário nas Ordenações Afonsinas	151
5.	Direito subsidiário nas Ordenações Manuelinas	152
6.	Direito subsidiário nas Ordenações Filipinas	153
7.	Critérios de interpretação contemplados na Lei da Boa Razão	153
8.	Recurso ao <i>usus modernus pandectarum</i>	155
	Referências bibliográficas.....	157
10.	Assentos da Casa da Suplicação	159

1.	Precedentes judiciais à época da reconquista	159
1.1	Façanhas e fazañas	159
1.2	Sentenças da Cúria Régia	160
2.	Interpretação e <i>fazañas</i> do rei nas fontes espanholas	161
3.	O problema das lacunas da lei no direito lusitano	162
4.	Interpretação autêntica das leis e assentos dos tribunais	164
5.	Estilos da Casa da Suplicação	168
6.	Direito subsidiário na reforma pombalina	169
7.	Assentos e estilos na Lei da Boa Razão	171
8.	Coibição da prática abusiva de editar assentos	173
9.	Classificação dos assentos	173
10.	Assentos do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro	174
11.	Assentos da Casa da Suplicação do Brasil	174
	Referências bibliográficas.....	176
11.	Influência do direito lusitano no processo civil brasileiro (até a República)	177
1.	Introdução.....	177
2.	Primeiras leis atinentes ao processo civil	178
3.	Regulamento 737 (1850).....	179
3.1	Considerações prévias	179
3.2	Estrutura	180
3.3	Atos e fases do processo	180
4.	Consolidação Ribas (1878)	183
5.	Literatura processual da época	185
	Referências bibliográficas.....	185
12.	Influência do direito lusitano no processo civil brasileiro (depois da República)	187
1.	Período da dualidade processual (1890-1934).....	187
2.	Unificação do direito processual (1934-1938)	190
3.	Código de Processo Civil de 1939	190
4.	Antecedentes do Código de Processo Civil de 1973.....	193
5.	Literatura processual da época	194
	Referências bibliográficas.....	195

Parte II

13. Sistema recursal nas Ordenações do Reino.....	199
1. Introdução	199
2. Origem dos recursos no direito lusitano	200
3. Ordenações Afonsinas	204
4. Ordenações Manuelinas	206
5. “Código Sebastiãoico”	207
6. Ordenações Filipinas	207
7. Reforma pombalina	209
Referências bibliográficas.....	209
14. Organização judiciária e competência recursal.....	211
1. Introdução	211
2. Ordenações Afonsinas	213
3. Ordenações Manuelinas	216
4. Ordenações Filipinas.....	220
5. Legislação posterior.....	222
Referências bibliográficas.....	225
15. Apelação.....	227
1. Introdução	227
2. Origem da apelação no direito lusitano.....	228
3. Ordenações Afonsinas	230
4. Ordenações Manuelinas	232
5. Ordenações Filipinas	234
Referências bibliográficas.....	235
16. Sopricação – Agravo ordinário.....	237
1. Introdução	237
2. Ordenações Afonsinas.....	238
3. Ordenações Manuelinas	240
4. Ordenações Filipinas	241
5. Reforma judiciária de 1832	243
Referências bibliográficas.....	244

17.	Apelação das sentenças interlocutórias	245
1.	Introdução	245
2.	Ordenações Afonsinas	246
3.	Ordenações Manuelinas	249
4.	Ordenações Filipinas	250
	Referências bibliográficas.....	250
18.	Agravo de petição, agravo de instrumento e agravo no auto do processo ..	251
1.	Antecedentes e origem	251
2.	Ordenações Afonsinas	253
3.	Ordenações Manuelinas	254
4.	“Código Sebastiãoico”	256
5.	Ordenações Filipinas.....	257
6.	Considerações finais.....	258
	Referências bibliográficas.....	258
19.	Embargos	259
1.	Origem: significado de <i>refertar</i>	259
2.	Ordenações Afonsinas	260
2.1	Momentos de oposição	260
2.2	Espécies	260
3.	Ordenações Manuelinas	261
3.1	Aspectos gerais	261
3.2	Momentos de oposição	261
3.3	Espécies	262
4.	Ordenações Filipinas	263
4.1	Aspectos gerais	263
4.2	Espécies	263
5.	Voto vencido e origem dos embargos infringentes	264
5.1	Introdução	264
5.2	Ordenações Afonsinas	265
5.3	Ordenações Manuelinas.....	266
5.4	“Código Sebastiãoico”	266
5.5	Ordenações Filipinas e leis posteriores	266

Referências bibliográficas.....	269
20. Revista.....	271
1. Introdução.....	271
2. As duas modalidades do recurso de revista nas Ordenações Afonsinas.....	271
3. Sentença nula nas Ordenações Afonsinas.....	273
4. Inovações introduzidas nas Ordenações Manuelinas.....	274
5. A revista na doutrina de Alvaro Valasco.....	276
6. Ordenações Filipinas.....	277
7. Reforma pombalina.....	278
8. Reforma judiciária de 1832.....	280
Referências bibliográficas.....	280
21. <i>Restitutio in integrum</i>	281
1. Antecedentes históricos.....	281
2. Ordenações Afonsinas.....	284
3. Ordenações Manuelinas.....	285
4. Ordenações Filipinas.....	285
Referências bibliográficas.....	286
22. Coisa julgada e execução da sentença.....	287
1. Estabilização da sentença: tendência das primeiras leis.....	287
2. Concepção da coisa julgada no regime das Ordenações.....	287
3. Limites subjetivos da coisa julgada.....	288
4. Síntese da execução da sentença.....	289
4.1 Ordenações Afonsinas.....	289
4.2 Ordenações Manuelinas.....	290
4.3 Ordenações Filipinas.....	292
Referências bibliográficas.....	295
23. Ação decendiária e processo monitorio.....	297
1. Antecedentes históricos. Técnicas especiais de cognição judicial... ..	297
2. Direito luso-brasileiro.....	299
Referências bibliográficas.....	302

24. Execução fundada em crédito privilegiado	303
1. Introdução.....	303
2. O princípio <i>prior tempore potior iure</i>	304
3. Créditos privilegiados	307
Referências bibliográficas.....	310

Bibliografia	311
--------------------	-----

Anexos

Lei de D. João III, de 5 de julho de 1526 – Da nova ordem do juízo	321
Lei da Boa Razão (18 de agosto de 1769).....	335
Lei de 20 de junho de 1774.....	345
Assento 299 da Casa da Suplicação de 18 de agosto de 1774.....	357
Alvará de 18 de Agosto de 1774.....	361
Carta de Lei, de 22 de dezembro de 1761	365
Índice alfabético-remissivo	387